

## EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

PROCESSO N. 049/2017.  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2017.  
EDITAL N. 065/2017

### PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**, sita à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, telefone-fax nº. (0XX18) 3373-4500 através da Comissão Municipal de Licitação, nomeada pelo Decreto n.º 1739/2017, de 02 de janeiro de 2017, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade de Concorrência Pública, nos termos das diretrizes contidas na Lei Federal nº. 8666/93, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital de Concorrência, objetivando a Concessão de direito real de exploração do prédio situado no Terminal Rodoviário de Tarumã, na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã, destinado ao uso de uma lanchonete, possuindo uma área 10,51 m<sup>2</sup> de área construída, sendo 3,10 x 3,39 m. conforme descrição contida no ANEXO I e Memorial Descritivo com recebimento dos envelopes contendo nº. I – Habilitação (Documentação) e nº. II – Proposta Comercial, nos dias úteis e no horário de expediente (8h30min às 16h00min) e **até às 09h00min do dia 07 de agosto de 2017**. O tipo de licitação adotado neste certamente é o de “**MAIOR OFERTA**”, o qual deverá estar igual ou acima do valor mínimo, ou seja, valor de **R\$ 655,90 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos)**.

### I – DO OBJETO

1. Constitui objeto desta “CONCORRÊNCIA PÚBLICA”, a **Concessão de direito real de exploração do prédio situado no Terminal Rodoviário de Tarumã, na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã, destinado ao uso de uma lanchonete possuindo uma área 10,51 m<sup>2</sup> de área construída, sendo 3,10 x 3,39 m:**

Imóvel: Lanchonete Terminal Rodoviário “Joaquim Neto Sepulveda”;

Local: Avenida das Primaveras;

Área de Utilização: 1051 m<sup>2</sup>.de área construída, sendo 3,10 x 3,39 m.

### II – DO SUPORTE LEGAL

2. Esta Concorrência Pública é regulada pela Lei de Licitações e Contratos n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n. 8.883/94, de 08 de Junho de 1994, pela Lei n. 9.032/95, de 28 de Julho de 1995, pela Lei n. 9.648/98, de 27 de Maio de 1998 e pela Lei n. 9.854/99, de 27 de Outubro de 1999, bem como pelas demais legislações de Direito Administrativo aplicáveis à espécie.

### III – DO PAGAMENTO

3. O vencedor da presente Concorrência pagará à Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, o valor por ela proposto de forma mensal, até ao décimo dia útil do mês subsequente a assinatura do respectivo contrato, a título da Concessão de direito real de exploração do prédio situado na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã, destinado ao uso de uma lanchonete, possuindo uma área de 1051 m<sup>2</sup>.

#### IV – DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

4. A Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, fornecerá, por intermédio do Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Governo, de Segunda a Sexta-Feira, das 8hs00 às 16hs00, quaisquer informações referentes a presente licitação ou também pelo telefone (0xx18) 3373 – 4500, localizado à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores.

4.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 2º dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes Documentação e Proposta.

#### V – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5. Os envelopes n. 01 “HABILITAÇÃO” e n. 02 “PROPOSTA” serão recebidos no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Governo, até o dia 07 de agosto de 2017, até às 09h00min., os quais deverão estar fechados, lacrados e identificados da seguinte forma:

**ENVELOPE N. 01 “HABILITAÇÃO”**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2017**  
**PROCESSO N. 049/2017.**  
**MUNICÍPIO: TARUMÃ – SP.**

**ENVELOPE N. 02 “PROPOSTA”**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2017**  
**PROCESSO N. 049/2017.**  
**MUNICÍPIO: TARUMÃ – SP.**

#### VI – DA ABERTURA DOS ENVELOPES N. 01 “HABILITAÇÃO” E N. 02 “PROPOSTA”

6. Os envelopes n. 01, contendo os documentos relativos à “HABILITAÇÃO”, serão abertos em ato público, no dia 09 de agosto de 2017, às 09h10min, no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Governo, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, e estando presentes todos os licitantes ou seus representantes legais, e se não houver nenhuma impugnação na fase de habilitação, os envelopes n. 02, contendo as “PROPOSTAS”, serão abertos no mesmo dia e local, em ato contínuo. O julgamento das propostas será publicado em data oportuna, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, em coluna específica.

#### VII – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7. Os interessados em participar da presente licitação, deverão apresentar os seguintes documentos, na data de abertura da presente licitação:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA;

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA;

**7.1.1. A documentação relativa à Habilitação Pessoa Jurídica, consistirá em:**

- a) cópia devidamente autenticada da cédula de identidade;
- b) cópia devidamente autenticada do registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) cópia devidamente autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) cópia devidamente autenticada da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) cópia devidamente autenticada do decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.1.2. A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista, consistirá em:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;
- c) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- d) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

**7.1.3. A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá em:**

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

c) Declaração de que a empresa licitante encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

d) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública;

e) Declaração expressa de que se sujeitam as condições do presente edital.

7.2. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

7.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.3. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

7.3.1. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas, desde que apresentadas junto aos documentos originais, no ato de abertura dos envelopes pelo representante do órgão municipal com chancela própria.

7.4. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.4.1. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

7.5. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

## **VIII – DAS SANÇÕES**

8. O descumprimento pelo licitante da proposta que lhe for adjudicada, acarretará as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei de Licitações e Contratos n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, e de suas posteriores alterações.

## **IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

9. Dos atos da Administração Municipal, decorrentes da presente licitação, cabem:

I – recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

II – representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico;

9.1. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas “a”; “b” e “c” do artigo 109, será feita mediante publicação na Imprensa Oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas “a” e “b”, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

9.2. O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” do inciso I, do artigo 109, terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.

9.3. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.5. Nenhum prazo de recurso ou representação se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada aos interessados.

9.6. Para maiores esclarecimentos, os recursos deverão ser protocolados dentro do prazo legal, no Paço Municipal, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores – Tarumã, Estado de São Paulo.

## **X – DAS PROPOSTAS**

10. As propostas deverão ser entregues em envelopes devidamente fechados, com os dizeres na sua parte externa: Concorrência Pública n. 002/2017 - Processo n. 049/2017.

10.1. As propostas deverão ser preenchidas em sistema eletrônico, sem emendas ou rasuras.

10.2. Deverão constar das propostas os seguintes dados:

a) Valor total, em moeda corrente brasileira, grafada em algarismos e por extenso, que serão repassados pela licitante CONTRATADA à Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, para pagamento em PARCELA MENSAL, até o décimo dia útil, a contar da assinatura do contrato. **OBSERVAÇÃO: A proposta mínima deverá ser de R\$ 655,90 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) mensais.**

b) Prazo de Validade da proposta: no mínimo 60 (sessenta) dias.

10.3. Não serão considerados os itens das propostas que contiverem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões, não ressalvados, e desde que não prejudiquem a interpretação da proposta.





13.10. As concessionárias serão responsáveis por perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do cedente.

13.11. As concessionárias deverão responsabilizar-se pela remuneração dos funcionários contratados.

13.12. É vedado transferir para terceiros, a atividade objeto desta concessão, sem a prévia aprovação da Prefeitura Municipal.

#### **XIV – DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA**

14. Ocupar o espaço físico do imóvel objeto desta licitação, com a finalidade de instalar ou expandir sua atividade empresarial, observando as restrição quanto ao ramo de atividade.

#### **XV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

15. São obrigações do concedente:

15.1. Disponibilizar as áreas à concessionária, devidamente livres e desimpedidas.

#### **XVI – DO PRAZO DA CONCESSÃO**

16. A concessão de uso do bem imóvel será pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos mediante aditamento do termo de contrato, desde que a concessionária manifeste interesse de forma expressa.

#### **XVII – DO CONTRATO**

17. Esgotados todos os prazos para recurso, a Administração convocará o vencedor para celebrar o contrato com o Município, no prazo de 5 (cinco) dias.

17.1. O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, e durante o transcurso do prazo constante do item 10.1.

17.2. Se dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e condições impostas ao 1º classificado, ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelo art. 86 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

#### **XVIII – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

18. Ficará assegurado ao Prefeito Municipal ou a pessoa por ele designada, o direito de fiscalização dos deveres da Concessionária.

#### **XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19. A Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, se reserva do direito de cancelar a presente Concorrência Pública, no todo ou em parte, a seu inteiro Juízo, sem que caibam aos interessados, indenizações ou reclamações de qualquer natureza.

19.1 O lance mínimo não poderá ser inferior ao valor da avaliação, constante do preâmbulo deste Edital.

19.2. A simples oferta de lance implica na aceitação expressa pelo ofertante, de todas as condições estabelecidas neste Edital.

19.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, subjetivo ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

19.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista na proposta, nem preço ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

19.5. Em caso de término ou rescisão do contrato, obriga-se a concessionária a desocupar imediatamente o imóvel objeto desta licitação entregando o local nas mesmas condições que o recebeu.

19.6. A Concedente poderá considerar rescindido o contrato a qualquer tempo, no caso de descumprimento pela concessionária de qualquer cláusula.

19.7. É proibida à Concessionária, sem prévia e expressa autorização do Município transferir, ceder, locar ou sublocar o imóvel objeto da concessão.

19.8. As edificações e os acréscimos patrimoniais que ocorrerem no imóvel e na área concedida, autorizadas pelo Município, desde que atendidas as disposições legais, finda a concessão, incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito a concessionária qualquer indenização.

19.9. Fica vedada a participação de pessoas que se enquadrem nos termos do art. 9º, da lei 8.666/93.

19.10. O Edital completo está à disposição dos interessados, no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, sito à Rua Aroeira nº. 482 – Vila das Árvores, Tarumã, Estado de São Paulo, no horário das 8hs00 às 16hs00.

## **XX – DO FORO COMPETENTE**

20. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente processo, com exclusão de qualquer outro, caso não sejam sanadas por esta Prefeitura Municipal de Tarumã.

Tarumã, em 04 de julho de 2017.

**LOUISE CAROLINE GONÇALVES C. PRADO**  
**PRESIDENTE DA COMUL**





(cinco) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos mediante aditamento do termo de contrato, desde que a concessionária manifeste interesse de forma expressa.

### CLAUSULA TERCEIRA

3. Para atender unicamente aos termos da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e de suas posteriores alterações, fica estabelecido o valor do Contrato em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**3.1. A administração pública municipal adotará como critério para reajuste dos valores pagos pela concessionária o índice do IPCA-E do exercício anterior, tendo este como único e exclusivo critério para correção de preço.**

### CLAUSULA QUARTA.

4. A CONCESSIONÁRIA pagará à Prefeitura Municipal de Tarumã, o valor estabelecido na Clausula Terceira, mediante crédito em conta corrente específica, de titularidade da Prefeitura Municipal de Tarumã, Estado de São Paulo, em parcelas mensais subseqüentes a assinatura do presente instrumento de contrato, até ao décimo dia útil.

### CLAUSULA QUINTA.

5. O Termo de Contrato oriundo deste Processo de Licitação terá vigência de 05 (cinco) anos, até \_\_/\_\_/\_\_, a contar da assinatura deste termo.

### CLAUSULA SEXTA.

6. Caberá a CONCESSIONÁRIA:

- a) Ocupar o espaço físico do imóvel objeto desta licitação, com a finalidade de instalar ou expandir sua atividade empresarial, no ramo de atividade pertinente ao instrumento convocatório.
- b) as despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras taxas que porventura possam incidir sobre o imóvel, serão por conta da empresa concessionária;
- c) as edificações e os acréscimos patrimoniais que ocorrerem no imóvel e na área concedida, autorizadas pelo Município, desde que atendidas as disposições legais, finda a concessão, incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito a concessionária qualquer indenização;
- d) em caso de rescisão contratual a CONCESSIONÁRIA, deverá restituir o imóvel no estado em que lhe foi entregue, inclusive com as contas de água e energia devidamente quitadas e em dia;
- e) cumprir a legislação federal, estadual e municipal pertinente, além de se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie, decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar.
- f) pagar e recolher todos os impostos, e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação;
- g) não explorar qualquer tipo de jogo de azar, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.

- h) em caso de término ou rescisão do contrato, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a desocupar imediatamente o imóvel objeto desta licitação entregando o local nas mesmas condições que o recebeu.
- i) é proibida à Concessionária, sem prévia e expressa autorização do Município transferir, ceder, locar ou sublocar o imóvel objeto da concessão.
- j) a concessionária será responsável por perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do cedente.
- k) o concessionário deverá responsabilizar-se pela remuneração e pagamento dos encargos sociais dos funcionários contratados.

#### **CLAUSULA SÉTIMA**

7. Caberá à CONCEDENTE:

- l) Disponibilizar as áreas à concessionária, devidamente livres e desimpedidas.

#### **CLAUSULA OITAVA**

8. Considerar-se-á extinto o contrato nas seguintes hipóteses, sempre garantido ao (a) contratado (a) o amplo direito de defesa:

- a) término do prazo de vigência contratual;
- b) rescisão unilateral, por inexecução contratual, nos termos do artigo 78 da Lei n. 8.666/93, e suas alterações, ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte do (a) contratado (a), nos termos que dispõe este contrato.
- c) rescisão amigável ou judicial, nos termos dos incisos II e III do artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e de suas posteriores alterações;
- d) anulação da licitação e do contrato a qualquer título;

8.1. O Contrato poderá, ainda, ser rescindido de pleno direito, sem necessidade de aviso ou interpelação judicial, assegurada à ampla defesa, nos casos de:

- a) transferência ou sub-contratação de seu objeto, no todo ou em parte, sem consentimento por escrito da CONCEDENTE;
- b)
- b) manifesta impossibilidade de cumprimento das obrigações oriundas deste Contrato.

#### **CLAUSULA NONA**

9. A CONCESSIONÁRIA não poderá ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância da CONCEDENTE.

#### **CLAUSULA DÉCIMA**

10. A CONCESSIONÁRIA \_\_\_\_\_ obriga-se a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

11. As partes se obrigam ao fiel cumprimento de todas as cláusulas estipuladas e das normas da Lei Federal n. 8.666/93, e suas alterações, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA.**

12. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por haverem acordados, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento contratual, bem como a de observarem fielmente outras disposições regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 4 (três) vias de igual teor e forma, impresso somente em seu averso, que vai devidamente assinado por ambas as partes e na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que produza o legal fim de direito.

Tarumã, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ  
OSCAR GOZZI  
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
Fernandes Baratela  
RG nº. 23.013.725-8 – SSP/SP

2. \_\_\_\_\_  
Louise Caroline G. C. Prado  
RG nº. 001.523.129 SSP/MS

**ANEXO II – Proposta Comercial**  
**Processo nº 049/2017 – Concorrência nº 002/2017**

**Objeto: Concessão de direito real de exploração do prédio situado no Terminal Rodoviário de Tarumã, na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã, destinado ao uso de uma lanchonete, possuindo uma área 10,51 m² de área construída, sendo 3,10 x 3,39 m.**

Item	Unid.	Descrição	Valor Mensal
01	Mês	Imóvel situado no Terminal Rodoviário de Tarumã, na Avenida das Primaveras, destinado ao uso de uma loja, possuindo paredes de alvenaria, revestimento com argamassa, forro de laje pré-moldada, piso cerâmico 30x30 ou quadrado similar PEI 5 de concreto simples externo, com área de utilização de 10,51 m²,	R\$

Valor R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Condição de pagamento: conforme Edital de Concorrência.

Validade da Proposta: 60 dias

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
carimbo da Empresa

### ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

#### DECLARAÇÃO (Dentro do Envelope II).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2017 – Concorrência Pública nº. \_\_\_\_/2017 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2017 – Concorrência Pública nº. \_\_\_\_/2017, sob as penas da Lei, que a empresa acima referenciada não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2017 – Concorrência Pública nº. \_\_\_\_/2017, sob as penas da Lei, que a empresa acima se sujeita as condições do presente Edital.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

#### **ANEXO IV - MEMORIAL DESCRITIVO**

**Processo n. 049/2017 - Concorrência Pública n. 002/2017.**

**Objeto: Concessão de direito real de exploração do prédio situado no Terminal Rodoviário de Tarumã, na Avenida das Primaveras, na cidade de Tarumã, destinado ao uso de uma lanchonete, possuindo uma área 10,51 m<sup>2</sup> de área construída, sendo 3,10 x 3,39 m.**

**Imóvel: Lanchonete Terminal Rodoviário “Joaquim Sepulveda Neto”;**

**Local: Avenida das Primaveras;**

**Área de Utilização: 10,51 m<sup>2</sup>**

Imóvel situado na Av. Das Primaveras, destinado ao uso de uma lanchonete, possuindo paredes de alvenaria, revestimento com argamassa, forro de laje pré-moldada, piso cerâmico 30x30 ou quadrado similar PEI 5 de concreto simples externo, com área de utilização de 10,51 m<sup>2</sup>.

Esquadria: As portas externas são de perfil de alumínio e vidro temperado. As janelas executados são do tipo “vitrine” em perfis em alumínio e vidro temperado liso.

Cobertura: Telhas e estrutura de aço.

Instalações elétricas: De acordo com as normas da concessionária local, com pontos de luz e tomadas.

Instalações Hidráulicas: Abastecimento com água potável, servida pela concessionária local e rede de esgoto direcionada à rede coletora pública.

Sanitários: Será utilizado o mesmo sanitário do Terminal Rodoviário.

Valor Estimado: R\$ 655,90 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) mensais.